

DUALIDADES BRASILEIRAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego

Valor Econômico, 24.9.2004

Ignácio Rangel, um dos economistas que pensaram com mais originalidade o Brasil e a teoria econômica, completaria 100 anos em 2004. Rangel foi capaz de pensar o Brasil de maneira sempre instigante. Certamente, seu marxismo heterodoxo facilitou essa tarefa. Em sua formação intelectual não é possível também ignorar a influência de Keynes, de Schumpeter e do pensamento estruturalista da Cepal. Mas a influência maior foi a do seu próprio grupo, de sociólogos como Alberto Guerreiro Ramos e de cientistas políticos como Hélio Jaguaribe. Juntos, desenvolveram no Iseb uma interpretação abrangente do Brasil, a partir de uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista. A essa experiência intelectual somou-se a profissional, como assessor econômico de Getúlio Vargas nos dois governos e como economista do BNDES.

Rangel considerou a teoria da "dualidade básica" sua principal contribuição ao entendimento do Brasil. A partir de uma perspectiva histórica, ele desenvolve uma teoria que, abarcando as outras esferas da realidade social, tenta dar conta da especificidade da economia e da sociedade brasileira. A dualidade a que se refere Rangel não é simplesmente a oposição entre um setor capitalista e outro, pré-capitalista. Para ele, não se trata apenas de verificar que o desenvolvimento da economia brasileira passa por etapas correspondentes ao desenvolvimento histórico da economia mundial, mas como o setor moderno e o atrasado conflitam e mudam em cada etapa.

A novidade analítica de Rangel consiste em afirmar, primeiro, a coexistência dual de relações de produção historicamente defasadas em relação às fases por que passaram as sociedades européias; segundo, em mostrar que essa defasagem é dependente das relações de produção existentes na Europa; terceiro, em apresentar esse processo dual, defasado e dependente como encadeado: o "pólo secundário" (ou externo) de uma dualidade transformando-se no pólo "principal" (ou interno) da dualidade seguinte. Rangel chama os pólos não de secundário e



Ignácio Rangel: A história brasileira acompanha a história do capitalismo mundial, sempre "fazendo eco às suas vicissitudes"

principal, mas de "externo" e "interno"; mas, como ele também detecta um "lado externo" em cada um desses pólos, correspondente às relações de produção vigentes nos países centrais, preferimos usar as expressões pólo "secundário" e pólo "principal" (em vez de "externo" e "interno"), para tornar o modelo histórico mais claro. No pólo principal situam-se as relações de produção dominantes e a correspondente classe dominante, que Rangel chama de "sócio maior" do sistema. No pólo secundário situam-se as relações de produção emergentes e o correspondente sócio menor - a classe social que na dualidade seguinte transformar-se-á no sócio maior. O pólo principal corresponde, portanto, à fase ainda predominante, mas que tende a ser superada, à medida que o sócio maior é deslocado da posição dominante, enquanto o pólo secundário o é apenas por que o sócio menor ainda não ascendeu e não se impôs à antiga classe dominante.

A dualidade, assim, aparece duplamente: através da coexistência de relações de produção correspondentes a duas fases históricas seqüenciais e através da existência, nos dois pólos, de uma relação de dependência com as sociedades mais avançadas: tanto no pólo principal, quanto no secundário, o respectivo lado externo apresenta relações de produção atrasadas em comparação às vigentes na Europa e nos EUA. O caráter dual e dependente da economia e da sociedade brasileiras fica, assim, claro, integrado, e assume um caráter dinâmico.

A dinâmica histórica brasileira distingue-se, portanto, dos casos clássicos, por que os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais. Observa Rangel: "Embora seja mais fácil surpreender o fato da dualidade no estudo de um instituto particular do que na economia nacional como um todo, é evidente que a sua origem se encontra nas relações externas. Desenvolvendo-se como economia complementar ou periférica, o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa diferente da sua, de tal sorte que é, ele próprio, uma dualidade. Os termos dessa dualidade se alteram e desde logo podemos assinalar que mudam muito mais rapidamente no interior do que no exterior, o que significa estarmos queimando etapas. Nos primeiros quatro séculos de nossa história, vencemos um caminho correspondente a, pelo menos, quatro milênios da história européia. A rigor, nossa história acompanha *pari passu* a história do capitalismo mundial, fazendo eco às suas vicissitudes. O mercantilismo nos descobriu, o industrialismo nos deu a independência e o capitalismo financeiro, a república."

Na economia e na sociedade brasileiras, a dualidade está em toda parte. Está na fazenda de escravos, que é mercantil e escravista; está no latifúndio pós-abolição, que é mercantil e feudal, porque dominado pelo instituto da "meia" ou enfiteuse e pelo princípio feudal de que nenhuma terra deixará de ter senhor; está na fábrica capitalista, que enfrenta um mercado de insumos e um mercado para seus produtos ainda mercantil ou mesmo pré-capitalista. A partir daí, Rangel define "a lei da dualidade": "A economia brasileira se rege basicamente por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção."

Para Rangel, a contrapartida política da dinâmica da dualidade reflete-se nos pactos de poder que se formam em torno do Estado, pois "o Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade". Rangel analisa a história econômica e política do Brasil, a partir do século XIX, como uma sucessão de dualidades, que correspondem a fases de declínio e expansão de ciclos de Kondratieff¹. O início de cada dualidade

corresponde ao início da fase "b" dos sucessivos ciclos longos de Kondratieff. E corresponde também a um fato político dominante: a Independência na primeira dualidade; a Abolição e a República, na segunda; a Revolução de 1930, na terceira. Em cada dualidade, o pólo secundário corresponde, internamente, à relação de produção já dominante nas sociedades mais avançadas, e se transformará na relação de produção dominante, ou seja, no pólo principal da dualidade seguinte. Ocorre o mesmo processo em relação aos "sócios": o sócio menor de uma dualidade se transformará no sócio maior da dualidade seguinte.

No trabalho de 1981, em que atualizou sua teoria de 1953, Rangel supunha que, na quarta dualidade, que se definiria a partir de 1973 (o primeiro choque do petróleo e o fim dos "anos dourados" do capitalismo), o sócio maior seria a burguesia industrial, enquanto o menor seriam os capitalistas financeiros. Na verdade, os empresários industriais já se haviam tornado os sócios maiores um pouco antes, entre 1930 e 1950. Por outro lado, seu tempo como sócios maiores foi muito menor do que Rangel e todos os analistas previram. A partir de 1990, assistimos à interrupção da revolução nacional que, desde 1930, vinha transferindo para o Brasil as decisões sobre o interesse nacional. A partir de então, a dependência externa acentuou-se dramaticamente, por causa de um endividamento externo sem precedentes ocorrido nos anos 70 e repetido nos anos 90. Fragilizado pela crise, o setor real da economia, ao invés de se associar ao setor financeiro, como acontece nos países desenvolvidos, a ele se subordinou, ao mesmo tempo em que este se submetia a seu correspondente no exterior. As políticas macroeconômicas dos governos brasileiros, a partir de então, refletiram essa perversão. O resultado é a semi-estagnação dos últimos 24 anos. Rangel não previu plenamente esses eventos, mas sua teoria da dualidade nos ajuda a compreendê-los.